

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.673 - MG (2019/0296351-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : THALES MATOSO DE ALMEIDA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por THALES MATOSO DE ALMEIDA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.089976-5/000.

Consta dos autos que o Recorrente teve prisão preventiva decretada em 22/04/2019, pela suposta prática do delito previsto no art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal (por duas vezes), em razão de ter, em tese, subtraído, em concurso com outro agente e mediante violência e grave ameaça exercida com simulacro de arma de fogo, os bens pessoais das duas Vítimas que estavam em um ponto de ônibus.

Inconformada com a segregação cautelar, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 54):

"HABEAS CORPUS – ROUBO – LIBERDADE PROVISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE – DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO – CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVÂNCIA.

- É de se considerar suficientemente fundamentada a decisão que, invocando elementos concretos dos autos – circunstâncias do delito – considera que a custódia cautelar do paciente é necessária ao resguardo da ordem pública.

- As condições pessoais do paciente, se favoráveis, não lhe garantem o direito à liberdade provisória, devendo ser analisada casuisticamente a necessidade de manutenção da prisão cautelar."

Em suas razões, o Recorrente afirma que a sua segregação cautelar está fundamentada na gravidade genérica do delito, em motivos abstratos e em considerações alheias ao fato concreto. Aduz que não estão evidenciados os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da sua prisão preventiva.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

O Juízo de primeira instância, ao decretar a prisão preventiva do Recorrente, consignou o seguinte (fls. 10-11; sem grifos no original):

"Passo a analisar o pedido formulado pelo Ministério Público, no tocante à decretação da prisão preventiva do denunciado Thales Matoso de Almeida.

*A representação fora formulada pela Autoridade Policial, às fl. 70/71, e reiterada pelo Ministério Público às fl. 72/73, sob o fundamento, em suma, de que o acautelamento do acusado é necessário para a garantia da ordem pública, vez que possui a personalidade voltada para a prática de crimes, **sendo que 02 (dois) dias após os fatos apurados nestes autos, supostamente perpetrou novo crime de roubo.***

De início, cumpre ressaltar que para o deferimento de prisão preventiva não de estar preenchidos os requisitos autorizadores descritos no art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

No presente caso, é imputada ao denunciado, a prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, por duas vezes.

*Há, nos autos, provas da materialidade e indícios de autoria, suficientes para autorizar o decreto da prisão preventiva, uma vez que a vítima [...], reconheceu o denunciado Thales Matoso de Almeida como autor do delito (fl. 67). **Sendo Thales apontado ainda como autor de outro roubo com mesmo modus operandi, ocorrido 02 (dois) dias após o apurado nos autos.***

*A par das ponderações supra, a gravidade que se delineia no caso concreto é patente, já sabido que o crime em questão gera, não só nas vítimas, mas em toda a sociedade, um verdadeiro sentimento de medo e impunidade, notadamente considerando que o acusado, supostamente praticou crime de roubo, em concurso de pessoas, **empregando violência**, bem como ameaçando as vítimas de morte. Soma-se, ainda, que o acusado 02 (dois) dias após o crime, teria perpetrado novo delito de roubo, **também mediante violência e em desfavor de vítima idosa, conforme boletim de ocorrência às fl. 74/76, além de ser portador de inúmeros registros policiais (fl. 64/65) o que revela a periculosidade do agente, que, em liberdade, vulnera sobremaneira a ordem pública.***

Frise-se que a prisão preventiva, tendo como fundamento a garantia da ordem pública, visa impedir que o agente, solto, continue a delinquir, em havendo evidente perigo social decorrente da demora em se aguardar o provimento definitivo, como in casu."

Como se percebe, a decretação da prisão preventiva do Recorrente não se

Superior Tribunal de Justiça

mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido amparada no **risco de reiteração delitiva**, a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública. A propósito, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019).

Concluo, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular, especialmente sobre a situação prisional do Recorrente, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora